



Agroturismo e desenvolvimento territorial na fronteira Paraguai-Brasil: Porto Murtinho e Carmelo Peralta no contexto do Corredor Bioceânico

Agroturismo y desarrollo territorial en la frontera Paraguay-Brasil: Puerto Murtinho y Carmelo Peralta en el contexto del Corredor Bioceánico

Agrotourism and territorial development on the Paraguay-Brazil border: Puerto Murtinho and Carmelo Peralta in the context of the Bioceanic Corridor

Mario Gustavo Leiva Enrique¹
Eliane Elizabeth Alderete Garcete²
Mónica Concepción. Balbuena Portillo²
Milton Augusto Pasquotto Mariani³

Recebido em: 27/09/2025; aceito em: 20/01/2026
DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v27i1.5155>

Resumo: Este artigo examina o potencial do agroturismo como estratégia de desenvolvimento territorial nos municípios fronteiriços de Porto Murtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai), no contexto do Corredor Bioceânico, atualmente em execução. Com base em uma abordagem qualitativa e na análise documental de fontes secundárias, investigam-se as interações entre a conectividade logística, a integração regional e as iniciativas de turismo rural. Os resultados evidenciam que ambos os territórios possuem relevante riqueza ambiental e cultural, além de uma localização estratégica reforçada pela construção da ponte internacional. Essas condições criam oportunidades para diversificar a economia local, fortalecer cadeias de valor e gerar empregos. Contudo, persistem desafios significativos, como a fragilidade da infraestrutura turística, a governança territorial limitada e a necessidade de profissionalizar a oferta vinculada ao turismo comunitário. O estudo propõe diretrizes estratégicas que incluem a capacitação dos atores locais, o investimento em infraestrutura básica, a preservação do patrimônio cultural e natural e a criação de circuitos turísticos binacionais. Conclui-se que o agroturismo, quando integrado às agendas de desenvolvimento territorial, pode se consolidar como motor de desenvolvimento sustentável e inclusivo, desde que exista coordenação interinstitucional e participação ativa das comunidades.

Palavras-chave: agroturismo; desenvolvimento territorial; fronteira; Corredor Bioceânico; Carmelo Peralta; Porto Murtinho.

Resumen: Este artículo examina el potencial del agroturismo como estrategia de desarrollo territorial en los municipios fronterizos de Puerto Murtinho (Brasil) y Carmelo Peralta (Paraguay), en el contexto del Corredor Bioceánico, actualmente en ejecución. Con un enfoque cualitativo y el análisis documental de fuentes secundarias, se investigan las interacciones entre la conectividad logística, la integración regional y las iniciativas de turismo rural. Los resultados evidencian que ambos territorios poseen una riqueza ambiental y cultural relevante, además de una ubicación estratégica reforzada por la construcción del puente internacional. Estas condiciones crean oportunidades para diversificar la economía local, fortalecer las cadenas de valor y generar empleos. No obstante, persisten desafíos significativos, como la fragilidad de la infraestructura turística, la gobernanza territorial limitada y la necesidad de profesionalizar la oferta vinculada al turismo comunitario. El estudio propone lineamientos estratégicos que incluyen la capacitación de los actores locales, la inversión en infraestructura básica, la preservación del patrimonio cultural y natural y la creación de circuitos turísticos binacionales. Se concluye que el agroturismo, cuando se integra a las agendas de desarrollo territorial, puede consolidarse como motor de desarrollo sostenible e inclusivo, siempre que exista coordinación interinstitucional y participación activa de las comunidades.

Palabras clave: agroturismo; desarrollo territorial; frontera; Corredor Bioceánico; Carmelo Peralta; Puerto Murtinho.

Abstract: This article examines the potential of agritourism as a strategy for territorial development in the border municipalities of Porto Murtinho (Brazil) and Carmelo Peralta (Paraguay) within the context of the

¹ Universidad Nacional de Asunción (UNA), San Lorenzo, Paraguai.

² Universidad Nacional de Asunción (UNA) Facultad Politécnica, San Lorenzo, Paraguai.

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

currently under-implementation Bioceanic Corridor. Based on a qualitative approach and a documentary analysis of secondary sources, the study investigates the interactions among logistical connectivity, regional integration, and rural tourism initiatives. The results show that both territories possess significant environmental and cultural wealth, as well as a strategic location reinforced by the construction of the international bridge. These conditions create opportunities to diversify the local economy, strengthen value chains, and generate employment. However, significant challenges remain, such as weak tourism infrastructure, limited territorial governance, and the need to professionalize the supply linked to community-based tourism. The study proposes strategic guidelines that include training local stakeholders, investing in basic infrastructure, preserving cultural and natural heritage, and creating binational tourism circuits. It concludes that agritourism, when integrated into territorial development agendas, can be consolidated as a driver of sustainable and inclusive development, provided there is inter-institutional coordination and active community participation.

Keywords: agritourism; territorial development; border; Bioceanic Corridor; Carmelo Peralta; Porto Murtinho.

1 INTRODUÇÃO

As transformações no espaço rural latino-americano, impulsionadas por novas dinâmicas econômicas, ambientais e socioculturais, têm fomentado a busca por estratégias alternativas de desenvolvimento territorial. Nesse contexto, o agroturismo surge como uma atividade capaz de articular produção agropecuária, valorização cultural e preservação ambiental, contribuindo para a diversificação econômica de comunidades rurais e para a promoção de circuitos locais de desenvolvimento (Favro; Silva; Pereira, 2021; Carraro; Santos, 2020).

Particularmente nas regiões de fronteira, historicamente marcadas por vulnerabilidades estruturais e baixa presença estatal, o turismo de base comunitária e agroecológica pode desempenhar um papel estratégico na integração regional e na geração de uma conjuntura sustentável. Tal é o caso dos municípios de Puerto Murtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai), situados na zona de transição entre o Pantanal e o Chaco Sul-Americano, territórios de grande importância ambiental, mas ainda marginalizados dos principais eixos de desenvolvimento (Velázquez, 2022; Scherer; Carvalho, 2019).

A implementação do Corredor Bioceânico de Capricórnio, projeto de infraestrutura logística que conecta o oceano Atlântico ao Pacífico por meio de rodovias, pontes e sistemas multimodais, introduz uma nova configuração para esses territórios. De acordo com o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, a construção da ponte internacional entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta representa não apenas uma melhoria na conectividade física, mas também uma oportunidade para reposicionar economicamente a região e explorar novas vocações produtivas, entre elas o turismo rural (Brasil, 2022; Corporação Andina de Fomento [CAF], 2021b). Como afirma Castro (2019, p. 19), “com uma gestão e governança adequadas, o turismo pode gerar emprego de qualidade e reduzir a pobreza, além de criar incentivos para a proteção do meio ambiente”. Essa perspectiva reforça a necessidade de políticas integradas para que o agroturismo se consolide como um dos vetores estratégicos de desenvolvimento na região de fronteira.

Nesse cenário, torna-se pertinente analisar como o agroturismo pode se consolidar como estratégia de desenvolvimento territorial, explorando o potencial endógeno das comunidades locais e aproveitando os fluxos promovidos pela integração regional. O objetivo deste artigo é examinar a consolidação do agroturismo nos municípios fronteiriços de Porto Murtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai), no contexto da integração regional e da conectividade logística proporcionada pelo Corredor Bioceânico.

A pesquisa é de natureza qualitativa e se baseia na análise documental de fontes secundárias, incluindo relatórios institucionais, planos estratégicos de desenvolvimento dos países envolvidos, artigos acadêmicos, documentos técnicos de organismos multilaterais e de governos locais. O enfoque adotado busca identificar os vínculos entre as políticas de desenvolvimento, os investimentos em infraestrutura logística e o potencial de articulação de iniciativas de turismo rural na região de fronteira.

2 Objetivo geral

Analisar o potencial do agroturismo como estratégia de desenvolvimento territorial nos municípios fronteiriços de Porto Murtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai), no contexto da integração regional e da conectividade logística proporcionada pelo Corredor Bioceânico.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Identificar as características e condições atuais do agroturismo na região de fronteira entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta.
- 2) Avaliar os desafios e as oportunidades para a integração do agroturismo nas estratégias de desenvolvimento na região de fronteira entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta.
- 3) Propor diretrizes estratégicas para potencializar o agroturismo como motor de desenvolvimento sustentável no contexto da fronteira Brasil-Paraguai.

3 MARCO TEÓRICO

3.1 Agroturismo e turismo em territórios rurais

Nos últimos anos, o agroturismo tem se consolidado como estratégia de desenvolvimento rural, contribuindo para a dinamização econômica, a diversificação da renda e a valorização do patrimônio cultural e ambiental (Lanz, 2018). Sua conceituação carece de consenso, o que se evidencia na gestão do termo nos diferentes materiais consultados, que, indistintamente, o consideram turismo rural ou uma categoria dentro dele.

Considerando o mencionado, o agroturismo pode ser enquadrado dentro do turismo rural, entendido pela ONU Turismo (*s.d.*) como “um tipo de atividade turística em que a experiência do visitante está relacionada a um amplo espectro de produtos geralmente ligados às atividades de natureza, à agricultura, às formas de vida e às culturas rurais, à pesca com vara e à visita a locais de interesse” e que, para Rachel Antoni (2025, *s.p.*), “pode adotar muitas formas: turismo verde, agroturismo, enoturismo, turismo rural, agroeducação e agricultura alternativa”.

Da mesma forma, é oportuno destacar que a contribuição desse tipo de atividade turística vem se fortalecendo por meio do programa *Best Tourism Villages* da ONU Turismo (2025), alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. O programa busca reconhecer localidades rurais como destinos com atrativos culturais e naturais, cujo propósito, além de preservar e promover valores e estilos de vida próprios de um espaço territorial específico do campo, assume um claro compromisso com a sustentabilidade em todas as suas dimensões: ambiental, econômica e social.

Sob essa perspectiva, a participação ativa dos visitantes em atividades agropecuárias (agricultura e pecuária) gera experiências vivenciais que podem fortalecer o vínculo campo-cidade,

considerado pelos cidadãos uma alternativa de lazer, entretenimento e descanso que está em ascensão na atualidade, devido ao fato de que seus dias ocorrem em um ritmo de vida agitado e acelerado (Favro; Silva; Pereira, 2021), contrastando, assim, com as zonas rurais.

No entanto, é necessário ter em mente que, para a implementação do agroturismo, é necessária a colaboração de atores-chave, que se comprometam e se envolvam em todo o processo, integrando a comunidade, autoridades públicas locais, estaduais e nacionais, agentes de turismo, transportadores, prestadores de serviços, empresas privadas, entre outros. A organização e o estabelecimento de alianças entre eles são elementos importantes para o design de uma proposta de oferta turística atraente, segura, que harmonize com o entorno e, acima de tudo, com um perfil responsável e sustentável (Riveros; Blanco, 2003).

Na América Latina, emulando a experiência europeia, a expansão do agroturismo tem estado associada a estratégias de desenvolvimento sustentável, em que a utilização de recursos naturais, saberes tradicionais e produtos locais é combinada à demanda por turismo alternativo, especialmente em regiões com recursos produtivos convencionais limitados, através da promoção de circuitos ou pacotes turísticos que oferecem ao turista a permanência de um a vários dias no campo nesses lugares (Carraro; Santos, 2020; Riveros; Blanco, 2003).

Geralmente, essas atividades são destinadas a um segmento específico de turistas. São desenvolvidas em estâncias, ranchos, fazendas ou pequenas ou médias propriedades como uma oportunidade de renda adicional à sua atividade principal, aproveitando as paisagens e as instalações disponíveis, que, muitas vezes, são adaptadas para a oferta de hospedagem, serviços de alimentação e bebidas, inclusive a venda de produtos elaborados nos locais. Da mesma forma, podem combinar atividades recreativas, como passeios a cavalo, caminhadas, trilhas, observação de aves, entre outras (Blanco; Riveros, 2010).

Apesar de todas as qualidades que aparentemente decorrem da implementação de atividades de agroturismo, há questões relevantes a serem examinadas, como um bom estado das estradas para chegar ao local, acessos seguros, disponibilidade de pessoal capacitado para receber os visitantes, o manejo das informações necessárias para a transferência de conhecimentos aos turistas sobre os processos a serem realizados durante sua permanência na propriedade, além da elaboração e do treinamento de protocolos de recepção, de passeios, de atividades, aspectos relacionados à poluição que pode ser gerada com a chegada de pessoas alheias ao local, poluição sonora e ambiental.

Por isso, a sinergia entre os atores sociais envolvidos é essencial. A atitude de serviço, o espírito colaborativo e estratégias eficazes de comercialização, aliados à determinação de enfrentar cada um dos aspectos identificados neste estudo, podem transformar os espaços rurais em destinos sustentáveis, conforme demonstram experiências bem-sucedidas em diversos países (Blanco; Riveros, 2010).

3.2 Desenvolvimento territorial e integração regional

O desenvolvimento territorial é compreendido como um processo endógeno, multiescalar e participativo, que articula atores locais em torno de projetos comuns voltados ao aproveitamento das potencialidades endógenas (Haesbaert, 2004; Lima; Dagnino, 2019). Em contextos de fronteira, a integração regional desempenha um papel central ao conectar territórios marginalizados a dinâmicas econômicas mais amplas, possibilitando a circulação de bens, serviços, pessoas e conhecimentos (Briceño-Ruiz; Ribeiro Hoffmann, 2015).

A iugas, enquanto os limites estariam orientados “para dentro” (forças centrípetas) (Machado, 1998, p. 2).

Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça, pois pode desenvolver interesses distintos dos do governo central, o limite jurídico do Estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria nem mesmo existência material, sendo um polígono. O chamado “marco de fronteira” é, na verdade, um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o limite não está ligado à presença de pessoas, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação (Machado, 1998, p. 2).

Nesta mesma linha estão Nogueira e Silva (2009), que afirmam que o limite é a linha imaginária que separa territórios, enquanto a fronteira é uma zona de transição, um espaço de interação, composto por diferenças derivadas da presença do limite internacional e por fluxos e interações transfronteiriças.

Desde essa perspectiva, a fronteira se destaca como um espaço em movimento, vivo e vivido, uma zona “liminar” representativa de espaços ainda não estruturados, mas vivenciados como “zona de interesses mútuos” (Leach, 1960), superando as visões que a fundamentavam exclusivamente no dogma da soberania dos Estados nacionais, para os quais representava um limite estático e definitivo do Estado (Costa, 2009).

Na antropologia, o conceito de liminalidade surge a partir dos estudos sobre ritos de passagem realizados pelo francês Arnold van Gennep e dos processos rituais desenvolvidos pelo britânico Victor Turner. Van Gennep sustenta que, durante a passagem entre dois territórios, há uma região denominada margem, que em determinadas ocasiões assume autonomia. Essas zonas, de alguma forma, “flutuam entre dois mundos”, expressando a ideia de que uma pessoa, mediante ritos de passagem, sai de um “mundo anterior” para ingressar em um novo (Van Gennep, 1978, p. 36).

Sob uma perspectiva relacional, cruzar limites ou fronteiras implica a transição de uma situação para outra. Considerando a primeira fase ritual estudada por Victor Turner (1974), ao passar de um país a outro, o indivíduo nacional se converte em estrangeiro. Nessa transição, o sujeito ritual deixa de pisar solo próprio, afasta-se de sua estrutura social e, no momento de liminalidade, desvinculado, ainda não adquire novo vínculo, que somente ocorre no momento da reintegração, ainda que como estrangeiro. Para o autor, consumada a transição, o indivíduo permanece em um estado relativamente estável, a partir do qual desfruta dos direitos e deveres estabelecidos pelo novo grupo (Turner, 1974, p. 116-117).

Seja concebida como linha, área ou faixa, o certo é que, no atual contexto de integração de países em blocos regionais, a fronteira deixa de ser compreendida exclusivamente a partir das estratégias e interesses do Estado central e passa igualmente a ser entendida a partir da perspectiva das comunidades de fronteira, isto é, no âmbito subnacional, estendendo a influência e reforçando a centralidade das comunidades locais para além dos limites internacionais (Steiman; Machado, 2002).

Alejandro Grimson (2000) já advertia que a “periferia” poderia ter uma centralidade até então ignorada, argumentando que a tendência geral era valorizar o que o autor denominou “nation-building”, um processo de “cima” para “baixo” e do “centro” para a “periferia”, estendido também às fronteiras. Para ele, essa dialética entre “baixo” e “cima” poderia se revelar ao

recuperar a dimensão própria das populações fronteiriças, em vez de universalizar sua suposta “resistência” ao Estado.

Existe, portanto, um novo processo de funcionalização da fronteira, que passa a ser concebida como um envoltório de um conjunto de práticas, instituições, sujeitos e modos de vida presentes particularmente em uma localidade determinada e não em outra (Zusman, 2000).

Becker (1988, p. 359), ao focar seus estudos no território e na fronteira, especialmente na região amazônica, ensina que “a fronteira pode ser definida como espaço de manobra das forças sociais”, onde coexistem diversos espaços geográficos e suas respectivas populações, e não como um espaço isolado de pessoas.

A fronteira não pode ser mais pensada exclusivamente como franjas do mapa em cuja imagem se traduzem os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social. Uma nova definição de fronteira mais abrangente torna-se necessária, capaz de captar sua especificidade – como espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório — e a relação desta com a totalidade de que é parte (Becker, 1988, p. 62).

Para a literatura dominante, a palavra “fronteira” emerge, na maioria das línguas europeias, entre os séculos XIII e XV, derivada do latim *front*, originalmente aplicada a uma área, e não a uma linha, com o objetivo de separação, e não de contato (Steiman; Machado, 2002). Portanto, seu sentido original foi cedendo diante de práticas de fronteira, muitas vezes à margem dos interesses dos Estados Nacionais.

Cardia (2009) destaca que a concepção de fronteira vinculada à territorialidade não foi completamente abandonada, mantendo-se associada a dimensões políticas e à imposição de normas e diferenciações sociais conforme o lado da fronteira.

José Lindomar C. Albuquerque esclarece bem este hibridismo existente na fronteira ao afirmar que ela “não se caracteriza apenas pela metáfora do cruzador de fronteiras (fluxos e misturas culturais), mas também pela do reforçador de fronteiras (fortalecimento das identidades nacionais)” (Albuquerque, 2008, p. 56). Assim, ao mesmo tempo em que a fronteira representa um lugar de cruzamento, de trânsito, de contato e um espaço privilegiado para a integração entre as nações, não abandona seu papel reforçador da soberania nacional e do controle. O Estado precisa de limites territoriais para preservar sua soberania e a estabilidade regional.

Tanto é assim que, apesar de intelectuais e movimentos sociais supranacionais terem lutado pela implementação da livre circulação de trabalhadores entre os países do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – desde sua criação, com o objetivo não só de facilitar o trânsito de mercadorias, reduzir e suprimir taxas aduaneiras, mas também garantir a livre circulação de trabalhadores entre os quatro países, essa medida não foi aprovada pelos respectivos parlamentos, com o fim de impedir imigrações fronteiriças indesejadas e, sobretudo, para garantir a soberania nacional (Albuquerque, 2008).

No entanto, como as populações fronteiriças tendem a instrumentalizar a fronteira — em função de interesses concretos e particulares a partir dos quais se ativa, inclusive, a defesa da comunidade nacional ou da comunidade interfronteiriça (Valcuende del Río; Cardia, 2009), reafirmando ou negando as demarcações político-administrativas nas áreas de fronteira por meio de diferentes práticas e representações —, o processo de apropriação (territorialização) por parte dos Estados Nacionais requer discursos de legitimação, a partir dos quais se definem os direitos e as normas sobre essas áreas e suas formas de exploração. Assim, surgem as políticas públicas destinadas à fronteira.

3.6 Desenvolvimento socioeconômico territorial

Existem múltiplos enfoques sobre as concepções do território e as formas como o conceito é interpretado nas ciências sociais, o que sugere a existência de uma diversidade de enfoques analíticos sobre essa temática. No entanto, em qualquer acepção, o território está relacionado ao poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Refere-se tanto ao poder em seu sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder em seu sentido mais implícito, simbólico, de apropriação (Haesbaert, 2004, p. 95–6).

Conceitualmente, esse poder de dominação está relacionado à posse e à propriedade dos territórios, em conotação de estabelecimento de força (militar, política ou outra) para o controle do território. Por sua vez, o poder de apropriação representa um processo muito mais subjetivo, carregado de marcas do vivido e do valor de uso do território e suas manifestações culturais peculiares (Lefebvre, 1986). Esse processo “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (Haesbaert, 2004, p. 95–6).

Embora o poder de apropriação devesse superar o de dominação, de modo que os territórios se constituam efetivamente em espaços de alteridade e de expressão dos grupos sociais, observa-se que a dinâmica das relações socioeconômicas contemporâneas muitas vezes faz com que a dominação prevaleça sobre a apropriação, dando ao território uma expressão mercantilizada (Lefebvre, 1986).

Haesbaert (2004) considera que o território, ao expressar o lugar de manifestação do poder, apresenta perspectivas jurídicas, culturais e econômicas. Na visão jurídica, o território é um espaço delimitado sob controle estatal. Do ponto de vista cultural, valorizam-se os elementos simbólicos; do econômico, destacam-se a luta de classes e a relação capital-trabalho. Essas noções apoiam a ideia de que o território se constitui a partir de relações de poder e de manifestações culturais, o que o diferencia do espaço.

4 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, voltada às características não quantificáveis do objeto de análise, com base em fontes secundárias. O corpus documental foi composto por relatórios estratégicos de entidades multilaterais, como o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de livros, artigos, planos de desenvolvimento territorial, relatórios técnicos de órgãos competentes e normativas relacionadas ao Corredor Bioceânico e ao agroturismo.

A técnica utilizada, de revisão documental, envolveu, primeiramente, a identificação de padrões narrativos e conceituais sobre o vínculo entre agroturismo, integração regional e desenvolvimento territorial em contextos de fronteira, realizada no primeiro quadrimestre de 2025. Em seguida, a análise e a interpretação desse material possibilitaram a extração de informações relevantes aplicadas à exploração espacial específica.

A pesquisa se concentrou territorialmente nos municípios de Porto Murtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai), tendo como eixo integrador o projeto do Corredor Bioceânico Oceano Atlântico-Portos do Norte do Chile, também conhecido como Corredor Bioceânico de Capricórnio. Os critérios de inclusão se referiram principalmente à última década, embora tenham

sido recuperadas referências bibliográficas fundamentais que analisaram o agroturismo como potencial de desenvolvimento de comunidades rurais em diferentes localidades dos continentes. Além disso, consideraram-se a pertinência territorial e o respaldo acadêmico da Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana (Unirila).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Porto Murtinho e Carmelo Peralta são dois territórios de fronteira que apresentam características complementares para o desenvolvimento do agroturismo, principalmente nas dimensões estruturais e culturais. Ambos os territórios desenvolvem formas tradicionais de produção agropecuária, com a presença de grupos sociais ou comunidades rurais e culturas locais que podem ser potencializadas em seu valor por meio da atividade turística, conforme apontado por Favro, Silva e Pereira (2021).

A construção da ponte que unirá os dois territórios, como parte do projeto Corredor Bioceânico, gera uma expectativa positiva, principalmente no que diz respeito ao aumento do fluxo de pessoas e à articulação do turismo binacional. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (Brasil, 2022), sua implementação se mostra viável para alcançar a conectividade física na região sul-americana. No entanto, reconhecem-se desafios, como a escassa infraestrutura de serviços turísticos, as fragilidades na governança territorial conjunta e a ausência de estratégias locais voltadas ao desenvolvimento do turismo na região.

Carmelo Peralta, município paraguaio localizado no departamento de Alto Paraguai, a 750 km da capital do país, vem adquirindo relevância estratégica no cenário da integração regional sul-americana, especialmente a partir do projeto em execução, o Corredor Bioceânico, que atualmente apresenta um avanço de quase 70%, segundo a Agência de Informação Paraguuaia (IP, 2025). Essa conexão física representa um novo horizonte de oportunidades para o desenvolvimento territorial, com ênfase no turismo sustentável e, particularmente, no agroturismo (Paraguay, 2025; CAF, 2021b). Um de seus principais pilares turísticos é a riqueza ambiental, por estar situado em uma zona de transição entre o Chaco seco e o Chaco úmido, próximo ao Pantanal.

O entorno do Pantanal oferece uma biodiversidade singular, acompanhada de paisagens típicas da região e de tradições culturais que constituem atrativos turísticos relevantes. Uma característica distintiva de Carmelo Peralta é sua diversidade populacional, formada por comunidades indígenas, moradores das margens do Rio Paraguai e produtores rurais, que preservam práticas e conhecimentos agropecuários com potencial de valorização turística por meio das experiências autênticas que proporcionam.

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2022), as cidades de fronteira tendem a desenvolver o turismo de compras como atividade econômica central. Esse tipo de atividade envolve principalmente o comércio varejista, os restaurantes e os serviços de hotelaria, enquadrando-se em regimes de turismo de exportação ou de reexportação, caracterizados por incentivos fiscais específicos.

Por outro lado, em Carmelo Peralta existem desafios estruturais a serem considerados, entre os quais se destacam: a limitada infraestrutura turística, a ausência de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do turismo rural, a fragilidade institucional e a ausência de associações fortalecidas entre os produtores. Além disso, soma-se a necessidade de preservar a biodiversidade diante do avanço das obras de infraestrutura viária do Corredor Bioceânico na região, bem como de regular o processo de expansão urbana e o uso do solo.

Nesse contexto, o enfoque de desenvolvimento territorial sustentável que orientou a formulação do Plano Estratégico de Ação (PEA) do BID para Carmelo Peralta permite compreender a necessidade de considerar o turismo como parte de uma estratégia que abrange as dimensões econômicas, socioculturais e ambientais do território. Uma atenção adequada ao agroturismo em Carmelo Peralta pode articular cadeias de valor na localidade, gerar empregos, promover a valorização do patrimônio cultural local e posicionar a cidade como um novo destino turístico.

Além disso, a conexão proporcionada pelo Corredor Bioceânico implica a expansão dos fluxos logísticos e turísticos e exige ações estratégicas planejadas para potencializar oportunidades e mitigar eventuais efeitos negativos. O PEA do BID para Carmelo Peralta apresenta estratégias bem definidas e viáveis, que podem ser canalizadas no âmbito do ordenamento territorial, contemplando o uso adequado do solo, incentivos ao investimento sustentável, parcerias público-privadas, capacitações e outras iniciativas.

Destaca-se ainda a importância da Unirila, que reúne universidades da Argentina, do Brasil, do Chile e do Paraguai, comprometidas com a promoção do conhecimento, da pesquisa e da cooperação internacional. Essa rede pode desempenhar um papel estratégico na formação, na pesquisa e no acompanhamento técnico das iniciativas relacionadas ao agroturismo.

Finalmente, Carmelo Peralta se encontra em um ponto que pode ser transformado em um modelo de desenvolvimento sustentável baseado no turismo rural comunitário, para o qual será necessário contar com vontade política, coordenação interinstitucional e participação ativa da comunidade. Certamente, uma iniciativa dessa natureza exigirá tempo e compromisso, sustentados por uma visão de futuro compartilhada, no marco de uma integração regional orientada pela sustentabilidade ambiental.

Por exemplo, um dos efeitos já se evidencia na crescente oferta gastronômica e de hospedagem, assim como nos relatos positivos de empreendedores locais. Conforme destacado pelo Ministério de Obras Públicas e Comunicações do Paraguai (MOPC) (Paraguay, 2024): “Os investimentos em infraestrutura não apenas melhoram o trânsito e o comércio, mas também criam novas oportunidades para os negócios locais, fomentando a geração de empregos e estimulando o crescimento econômico”.

6 CONCLUSÕES

Objetivo específico 1 – Caracterização do contexto territorial e produtivo

A riqueza natural e cultural da região, considerando a biodiversidade do Pantanal e as tradições produtivas das comunidades locais, constitui um capital territorial com alto potencial para o turismo. No entanto, para sua valorização, aproveitamento e formalização, é necessária a profissionalização da oferta turística vinculada ao turismo rural, além do fortalecimento institucional das organizações locais.

Objetivo específico 2 – Desafios e oportunidades para a integração do agroturismo no desenvolvimento regional

Conclui-se que a integração do agroturismo às estratégias de desenvolvimento da região de fronteira entre Porto Murtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai) envolve tanto desafios quanto oportunidades. Entre os desafios, destacam-se a infraestrutura turística limitada, a

fragilidade institucional, a ausência de políticas públicas específicas e a carência de associações locais fortalecidas.

Por outro lado, as oportunidades estão relacionadas à posição estratégica da fronteira no Corredor Bioceânico, ao apoio de iniciativas como o Plano Estratégico de Ação (PEA) do BID, à diversidade cultural das comunidades locais e à riqueza ambiental do Pantanal e do Chaco. Dessa forma, o agroturismo pode se consolidar como vetor de integração transfronteiriça e de desenvolvimento sustentável, desde que sejam implementadas ações coordenadas e políticas binacionais que permitam transformar esses ativos em resultados concretos para ambas as localidades.

Objetivo específico 3 – Diretrizes estratégicas para o agroturismo

São necessárias ações concretas: investimento em infraestrutura turística básica, capacitação dos atores locais relacionados ao turismo e às suas oportunidades, preservação do patrimônio ambiental e cultural, além da promoção conjunta de circuitos turísticos binacionais que valorizem a região.

O agroturismo deve ser integrado às agendas de desenvolvimento territorial e requer coordenação interinstitucional e transfronteiriça, de modo a consolidar-se como motor de desenvolvimento sustentável e inclusivo a médio prazo. Este estudo permite concluir que o Corredor Bioceânico não será apenas um eixo logístico e de transporte, mas também um catalisador de oportunidades para as comunidades rurais situadas em seu entorno, na região de fronteira entre o Paraguai e o Brasil.

Conclusão integradora (objetivo geral)

De forma geral, o estudo permitiu confirmar que o agroturismo apresenta elevado potencial como estratégia de desenvolvimento territorial nos municípios fronteiriços de Porto Murtinho e Carmelo Peralta. Esse potencial decorre não apenas da riqueza ambiental e cultural existente, mas também da posição estratégica que ambos ocupam no Corredor Bioceânico. A análise demonstrou que, embora persistam desafios estruturais e institucionais, há condições favoráveis para que o agroturismo se consolide como vetor de integração regional e de desenvolvimento sustentável, desde que sejam implementadas políticas binacionais e ações coordenadas entre atores locais, nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS

AGENCIA DE INFORMACIÓN PARAGUAYA (IP). *Puente que conectará Carmelo Peralta con Puerto Murtinho tiene casi 70% de avance*. Assunção, 8 maio 2025. Disponível em: <https://www.ip.gov.py>. Acesso em: 15 maio 2025.

ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputas de poder na fronteira Paraguai-Brasil. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 19, p. 49–64, 2008.

ANTONI, R. Agrotourism: discovering a destination in a different way. *Medio ambiente y biodiversidad. Village Monde*, Québec, 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Carmelo Peralta, en la frontera del desarrollo: plan estratégico de acción. Asunción: BID; FACEN-UNA; MUVH; Gobierno Nacional; Municipalidad de Carmelo

Peralta, 2022. Disponível em: <https://observarota.com.br/repositorio.php>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: Aubertin, Catherine (Org). *Fronteiras*. Brasília: UNB / Paris: Orstom, 1988. p. 60–89.

BLANCO, M.; RIVEROS, H. *Desarrollo de los agronegocios y la agroindustria rural en América Latina y el Caribe*. Conceptos, instrumentos y casos de cooperación técnica. San José: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), 2010. 270 p. ISBN: 978-92-9248-193-3.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores [MRE]. *Corredor Bioceânico: relatório técnico de acompanhamento 2022*. Brasília-DF: MRE, 2022.

BRICEÑO-RUIZ, J.; RIBEIRO HOFFMANN, A. *Regional integration: actors, dynamics and context*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

CARDIA, L. M. Espaços e culturas de fronteira na Amazônia Ocidental. *Revista Ateliê Geográfico*, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 108–25, 2009.

CARRARO, L.; SANTOS, R. V. Turismo rural e desenvolvimento sustentável: experiências em comunidades do sul do Brasil. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 821–40, 2020.

CASTRO, J. C. P. El turismo como instrumento dinamizador del Corredor Vial Bioceánico. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 20, n. especial, p. 19–29, 2019. Disponível em:

<https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2419>. Acesso em: 15 maio 2025.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO [CAF]. Conectividade para a integração: avanços e desafios do Corredor Bioceânico. Caracas: CAF, 2021a.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO (CAF). *Estrategia País Paraguay 2023–2028*. Caracas: CAF, 2021b. Disponível em: <https://www.caf.com/media/4673020/dep-paraguay.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

COSTA, E. A. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. In: COSTA, E. A.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). *Seminário de Estudos Fronteiriços*. Campo Grande: UFMS, 2009. p. 61–78.

FAVRO, Ana Cláudia; SILVA, Xenia; PEREIRA, Xosé. Agroturismo: conceitos, práticas e desafios. *Revista Brasileira de Turismo Rural*, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 33–49, 2021.

GRIMSON, A. Pensar fronteras desde las fronteras. *Nueva Sociedad*, [s.l.], n. 170, p. 101–13, nov./dez. 2000.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LANZ, A. M. Agroturismo e desenvolvimento local: estudo de caso no Paraguai. *Revista Multitemas*, Campo Grande, MS, v. 19, n. 3, p. 341–58, 2018.

LEACH, E. The Frontiers of “Burma”. *Comparative Studies in Society and History*, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 49–68, 1960.

LEFEBVRE, H. *La Production de l'espace*. Paris: Ed. Anthropos, 1986.

LIMA, J. R. S.; DAGNINO, R. Modelos de desenvolvimento territorial e estratégias de inovação social. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 1–20, 2019.

LIMA, M. T.; PEREIRA, F. M. Conectividade, competitividade e território: reflexões sobre o papel dos corredores logísticos. *Revista Transporte e Desenvolvimento*, Brasília-DF, v. 7, n. 2, p. 56–72, 2020.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras e Redes. In: T. M. STROHAECKER, A. DAMIANI, N. O. SCHAFFER, N. BAUTH, V. S. DUTRA (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*, Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41–9.

NOGUEIRA, R. J. B.; SILVA, M. A. Fronteira e território: uma análise das dinâmicas transfronteiriças. *Revista Geográfica*, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 45-60, 2009.

ONU TURISMO. Best Tourism Villages. *Portal da Onu*, 4 fev. 2025. Disponível em: <https://www.unwto.org/best-tourism-villages>. Acesso em: 15 maio 2025.

PARAGUAY. Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones (MOPC). Con casi 70% de avance, el puente Bioceánico dibuja un nuevo horizonte para la integración regional. 10 abr. Assunção, 2025. Disponível em: <https://mopc.gov.py/con-casi-70-de-avance-el-puente-bioceanico-dibuja-un-nuevo-horizonte-para-la-integracion-regional/>. Acesso em: 15 maio 2025.

PARAGUAY. Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones (MOPC). De una comunidad olvidada al ansiado progreso: Carmelo Peralta, la entrada al Pantanal Chaqueño. Assunção, 22 maio 2024. Disponível em: <https://mopc.gov.py/de-una-comunidad-olvidada-al-ansiado-progreso-carmelo-peralta-la-entrada-al-pantanal-chaqueno/>. Acesso em: 10 maio 2025.

RIVEROS, H.; BLANCO, M. El agroturismo, una alternativa para revalorizar la agroindustria rural como mecanismo de desarrollo local. Documento técnico. San José: Programa de Desarrollo de la Agroindustria Rural para América Latina y el Caribe (PRODAR), 2003.

SCHERER, M. A.; CARVALHO, M. C. O turismo e os territórios de fronteira: potencialidades e desafios para o desenvolvimento local. *Caderno Virtual de Turismo*, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 85–101, 2019.

STEIMAN, R.; MACHADO, L. O. *Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

TURNER, Victor Witter. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VALCUENDE DEL RÍO, J. M.; CARDIA, L. M. Etnografia das fronteiras políticas e sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia. Scripta Nova. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XIII, n. 292, jun. 2009. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-292.htm>. Acesso em: 2 jul. 2013.

VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

VELÁZQUEZ, M. *Fronteras e integração no Chaco Sul-Americano: o papel do turismo na articulação territorial*, v. 21, n. 1, p. 25–42, 2022.

ZUSMAN, P. B. *Tierras para el Rey – tres fronteras y la construcción colonial del territorio del Río de La Plata (1750-1790)*. 2000. Tese [Doutorado em Geografia] – Depto. de Geografía Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, maio 2000.

Sobre os autores:

Mario Gustavo Leiva Enrique: Doutor em Administração de Empresas pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA). Mestre em Gestão de Empresas pela Escola de Administração de Empresas (EAE), Barcelona, Espanha, e pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA). Graduado em Tecnologia de Produção pela Universidade Nacional de Assunção (UNA). Professor de Pós-Graduação e Pesquisador. **E-mail:** mleiva137@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-1416-7162>

Eliane Elizabeth Alderete Garcete: Mestre em Gestão Turística pela Universidad de las Islas Baleares (UIB). Graduada em Hotelaria pela Universidad Nacional de Asunción (UNA). Professora assistente

do Departamento de Gestão Faculdade Politécnica da UNA, professora pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Formação em Turismo, Hotelaria e Gastronomia (GIF-GITHG) e referente técnica do Observatório Econômico de Turismo de Reuniões do Paraguai pela Faculdade Politécnica da UNA. **E-mail:** ealderete@pol.una.py, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0000-6199-9389>

Mónica Concepción Balbuena Portillo: Doutora em Educação, com ênfase em Gestão da Educação Superior. Mestre em Estudos Turísticos pela Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMEX). Graduada em Hotelaria pela Universidad Nacional de Asunción (UNA). Professora assistente do Departamento de Gestão Faculdade Politécnica da UNA, professora pesquisadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Formação em Turismo, Hotelaria e Gastronomia (GIF-GITHG) da Faculdade Politécnica da UNA. **E-mail:** mbalbuena@pol.una.py, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-4972-9519>

Milton Augusto Pasquotto Mariani: Pós-doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela USP. Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Administração e em Estudos Fronteiriços. **E-mail:** milton.mariani@ufms.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-9485-0150>.

Disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Editor Avaliador do artigo: Arlinda Cantero Dorsa.

Editores-chefe responsáveis pelo artigo: Arlinda Cantero Dorsa.
